- XVI -**É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO INFANTIL COM BASE
NOS DIREITOS HUMANOS EM
ESCOLAS SUBVENCIONADAS?****Flávia Camila Gomes**Universidade Federal de São Carlos, Brasil
flavinhag4@gmail.com

Em pesquisa documental realizada para conclusão de curso de Pedagogia, produzimos inventário da legislação publicada de 2014 a 2017 em Diário Oficial de um município do interior paulista, verificando as indicações de políticas educacionais após o Plano Municipal de Educação. Identificada ênfase das políticas de subvenção e fomento, tomando como recorte a Educação Infantil, buscamos, nesse texto, problematizá-las a partir da perspectiva dos direitos, considerando as contradições a eles intrínsecas.

DESENVOLVIMENTO

Partindo da igualdade jurídica e a liberdade contratual, o Estado Moderno é o elemento terceiro na relação *Capital x Trabalho* e toma o arcabouço jurídico como um dos meios de reprodução da sociabilidade capitalista (MASCARO, 2013). Assim também, os direitos universais consolidados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Cidadãos são perpassados pela estrutura e reprodução do capitalismo, lançando garantias mínimas de sociabilidade que o amenizam juridicamente (MASCARO, 2017).

Na perspectiva dos Direitos Humanos defende-se uma Educação para o desenvolvimento pleno, fortalecimento de direitos e cultura da paz (ONU, 1948). O que é retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que apontam a criança como sujeito histórico e de direitos. As DCNEI indicam a promoção de igualdade de oportunidades educacionais e a indissociabilidade do educar e cuidar (BRASIL, 2009a).

O parecer 20/2009 define creches e pré-escolas responsáveis pelo educar e cuidar das crianças de zero a cinco anos com profissionais de formação específica, refutando o assistencialismo. Estabelece ainda as funções sociopolíticas e pedagógicas da Educação Infantil, o que implica responsabilidades do Estado na garantia dos direitos civis, humanos e sociais das crianças, como: infraestrutura, adequação e manutenção do espaço; proporcionalidade crianças/ professores e formação de professores (BRASIL, 2009b).

Porém, com a aplicação da agenda neoliberal no Brasil e a reforma do Estado pela Emenda Constitucional 19/1998, estabelece-se a *administração gerencial*, que enfatiza colaboração, eficiência, parceria e resultados. Passa a vigorar o princípio da subsidiariedade e ganha espaço o Estado em rede: de protagonismo e corresponsabilização dos destinatários das políticas públicas (MAZZA, 2016). Seu princípio é a descentralização, que inclui o mercado.

A Constituição de 1988 potencializa a descentralização, ao reconhecer os municípios como entes federativos e distribuir as responsabilidades educacionais, contudo, sem uma reorganização fiscal equitativa (SAVIANI, 2016), a Educação Infantil é atribuída competência dos municípios (BRASIL, 1996).

Sob o princípio da publicização, o terceiro setor passa, por meio das ONG e filantrópicas, a ter mecanismos de financiamento do próprio Estado, que se envolve “no custeio e na regulamentação dos serviços, mas não na sua prestação” (PERONI, 2013, p.240). Assim, negando a luta de classes, o terceiro setor avança nas lacunas de atuação do Estado, especialmente nas políticas sociais. Disposto institucionalizado pela Lei Federal nº 13.019/2014 (BRASIL, 2014).

Na legislação municipal pesquisada de 2014 a 2017, por meio do Diário Oficial, foram encontradas 280 leis referentes a políticas educacionais, das quais a legislação de colaboração e fomento representou 91%. Predominaram as subvenções ou sua regulamentação, sendo 37,5% delas referentes à Educação Infantil, mesmo com sistema de ensino próprio e diretrizes para organização curricular dessa etapa.

Em estudo sobre a mesma rede, Henriques (2015) identificou uma cisão na oferta de Educação Infantil, dada inclusão da pré-escola como etapa obrigatória da Educação Básica:

[...] as creches estão mais a cargo da rede filantrópica e a pré-escola da rede municipal [...] pode-se colocar em discussão a qualidade dispensada no cuidar e educar das crianças de creche uma vez que foi identificado um percentual considerável de professoras dessa modalidade com sobrecarga de trabalho por conta da lotação das turmas nas quais elas trabalham (HENRIQUES, 2015, p.87).

Observa-se flexibilização do direito sob a racionalização de gastos. O município, na subvenção às conveniadas, utiliza o número de matrículas, não apresentando grande diferença da estimativa do valor anual por aluno da creche para o Estado de São Paulo para composição do FUNDEB. Todavia, na rede regular, a aplicação dos valores do fundo é restrita a atividades de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino definidas na LDBN (BRASIL, 2007) e há investimentos complementares para que se atinja a obrigatoriedade constitucional de aplicação no ensino. Nas conveniadas, os valores complementares são responsabilidade da entidade, que, entre as estratégias, apresenta diferentes planos de trabalho para captação de recursos junto ao próprio município.

No conjunto, identifica-se que, associada à desresponsabilização estatal e à descentralização para o mercado, a filantropia fortalece o crescimento do âmbito privado na construção das políticas e execução de serviços, esvaziando a perspectiva do direito social (PERONI, 2013; SAVIANI, 2016) e do direito humano de pleno desenvolvimento a ser garantido pela Educação.

CONCLUSÕES

Buscou-se problematizar as políticas de subvenção e fomento nas políticas educacionais de um município do interior paulista. Partimos da concepção dos direitos universais, considerando suas contradições, dado o papel dos próprios Direitos Humanos na reprodução da sociabilidade capitalista. Assim a legislação progressista é acompanhada da racionalidade da administração gerencial.

A questão que intitula o trabalho denota o impasse que a subsidiariedade (gerencialista e neoliberal) impõe. Isso nos leva a concordar com as indicações de Mascaro (2017) de que para desenvolvimento e realização plena do ser humano é necessário superar as condições de sociabilidade do capitalismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 abr 2018.

_____. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de

dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm> Acesso em: 12 nov 2018.

_____. **Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Brasília: Conselho Nacional de Educação/CBE, 2009a.

_____. **Parecer Nº 20, de 11 de novembro de 2009.** Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília: Conselho Nacional de Educação/CBE, 2009b.

_____. **Lei 13.019, de 13 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm> Acesso em: 27 set 2018.

HENRIQUES, A. C. **Educação Infantil:** o retrato de uma rede municipal de ensino. São Carlos: UFSCar, 2015. 107fl. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2015.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Direitos humanos: uma crítica marxista. **Lua Nova**, São Paulo, 101, p.109-137, 2017.

MAZZA, A. **Manual de Direito Administrativo.** 6ª Edição. São Paulo, Saraiva, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em dez de 2018.

PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** Significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2ª ed., 2016.